

## Regime de «requalificação» é inconstitucional

09-Ago-2013

FRENTE COMUM PEDE FISCALIZAÇÃfO AO PRA Frente Comum de Sindicatos da AdministraçÃo PÃblica enviou, dia 8, ao Presidente da RepÃblica um pedido de apreciaçÃo preventiva da constitucionalidade do diploma que estabelece o regime de Â«requalificaçÃoÂ»/despedimentos dos trabalhadores da AdministraçÃo PÃblica.

A iniciativa da Frente Comum baseia-se num parecer do juiz conselheiro jubilado do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal Administrativo, Guilherme da Fonseca, segundo o qual vÃrias disposiçÃes do referido diploma estÃo Â«feridas de inconstitucionalidadeÂ».

Na sua anÃlise, o magistrado considera que estÃo em causa os princÃpios constitucionais da seguranÃa jurÃdica e da confianÃa, o princÃpio da igualdade e o princÃpio da liberdade de escolha de profissÃo, entre outros.

Recorde-se que o chamado Â«regime de requalificaçÃoÂ» determina a cessaçÃo do contrato de trabalho findo o prazo de 12 meses, seguidos ou interpolados, apÃs a colocaçÃo do trabalhador na situaçÃo de Â«requalificaçÃoÂ».

SÃo deste modo violadas as normas constitucionais que garantem o direito ao trabalho e Â seguranÃa de emprego, enquanto direitos fundamentais dos trabalhadores.

Para alÃm de prever autÃnticos despedimentos sem justa causa, expressamente proibidos pela ConstituiçÃo, o diploma atropelar grosseiramente direitos adquiridos, designadamente por aqueles trabalhadores a quem foi dada a garantia de seguranÃa de emprego, aquando da sua transiçÃo para o contrato de funçÃes pÃblicas por tempo indeterminado.

Por Ãltimo, como sublinha Guilherme da Fonseca, este regime atenta contra todo o quadro da AdministraçÃo PÃblica definido na ConstituiçÃo da RepÃblica, representando Â«mais um passo para a demissÃo do Estado das tarefas que lhe estÃo tradicionalmente cometidasÂ», uma vez que a hemorragia de trabalhadores porÃ em causa a realizaçÃo dessas tarefas.

Ver parecer